

Há 30 anos, marcha em Brasília mudou a história do movimento negro

Paulo César Ramos

Folha de S. Paulo, 20.nov.2025

Organizações negras demonstraram unidade em 1995 para reivindicar políticas de igualdade racial

[RESUMO] Pesquisador discute a importância da [Marcha Zumbi dos Palmares](#), realizada em 20 de novembro de 1995 em Brasília, na história recente do movimento negro brasileiro e argumenta que, apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas em políticas de igualdade racial, a redemocratização brasileira ainda não foi capaz de superar a combinação perversa que estrutura o racismo no país.

Qualquer processo de democratização é composto de variadas linhas de desenvolvimento, fazendo com que a atenção restrita às efemérides seja falaciosa. Por outro lado, observar a tração social de algumas datas no calendário das mobilizações de determinado grupo pode ser didático para fazermos comparações e nutrirmos o debate público.

Tem sido assim com o dia 20 de novembro desde que, em Porto Alegre, [o Grupo Palmares lançou, no longínquo ano de 1971, a ideia de fazer um contraponto simbólico ao discurso oficial do 13 de maio](#). Os integrantes do grupo vasculharam a historiografia para dar relevo a outra forma de contar a história do Brasil, a partir da trajetória de luta do quilombo dos Palmares e dos seus líderes —Zumbi, morto em 20 de novembro de 1695, foi o último deles.

No final dos anos 1970, o então recém-fundado MNU (Movimento Negro Unificado) abraçou a ideia e transformou o 20 de novembro no [Dia da Consciência Negra](#). Manteve-se ali a proposta de conferir protagonismo negro na luta contra o racismo e denunciar à sociedade brasileira os segredos que o mito da democracia racial guardava.

Desde então, uma enorme agenda de afirmação de direitos e consciência étnica e racial foi construída em torno desse dia, [oficializado como feriado nacional em 2023](#).

Contudo, foi em 1995 que o 20 de novembro marcou definitivamente a história do movimento negro brasileiro —[nesse dia, foi realizada a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida](#), que levou milhares de pessoas a Brasília. O ato resultou de uma articulação entre as grandes organizações nacionais do movimento negro, coletivos, ONGs, centrais sindicais e partidos políticos.

O protesto negro demonstrou unidade para reivindicar políticas de Estado. Mais que isso, conseguiu atrair uma gama de outras organizações para a marcha. Os manifestantes foram até o Congresso Nacional, onde houve uma [sessão solene em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares](#).

Em uma solenidade em União dos Palmares (AL), [o presidente Fernando Henrique Cardoso \(PSDB\) incluiu Zumbi entre os heróis nacionais](#) e reconheceu a existência do preconceito racial no Brasil. Aproveitou a ocasião para anunciar a [criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a População Negra](#).

Representantes do movimento entregaram ao presidente um documento que apresentava um diagnóstico da situação da população negra no Brasil e diversas propostas de políticas públicas nas áreas de educação, trabalho, saúde, religião, violência, meios de comunicação e

acesso à terra. Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília - Juca Varella - 20.nov.95/Folhapress

A marcha também foi importante para a criação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, e o então deputado Paulo Paim (PT-RS) apresentou um [projeto de lei](#) que previa reparação material para os descendentes de escravizados, com indenização financeira, reserva de vagas nas escolas públicas e acesso à terra.

Seria inglório tentar dar conta integralmente do [documento entregue a FHC](#), mas alguns elementos merecem atenção.

Em primeiro lugar, houve, desde 1995, muitos avanços em políticas de igualdade racial nas áreas abordadas pelo projeto, como saúde, trabalho e educação: [a lei de 2003 que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira](#) no ensino fundamental e médio, [a política de ações afirmativas no ensino superior](#), de 2012, e o decreto que regulamenta as [cotas para pretos, pardos, indígenas e quilombolas em concursos públicos](#).

Mas há uma área em que não há nada para celebrar: a violência racial e o encarceramento de jovens negros. O documento entregue a FHC em 1995 afirma que 8.000 pessoas foram mortas pela Polícia Militar de São Paulo de 1970 a 1992, a maioria delas negras —51% entre as vítimas identificadas, sendo que negros eram 25% da população.

Atualmente, ainda há números alarmantes de violência policial em todo o Brasil: [6.413 e 6.243 pessoas morreram em decorrência de intervenção policial em 2023 e 2024](#), respectivamente, segundo o [Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#), sempre com sobre-representação de pessoas negras entre as vítimas. Os homicídios ainda recaem sobre jovens, homens e negros moradores de periferias.

Além disso, a profunda discricionariedade policial trouxe as chacinas para o convívio das periferias e [levou as milícias para o mundo da política](#). Ou seja, a segurança pública tem atuado contra a população negra, o que fez o movimento negro, anos depois, denunciar o genocídio da juventude negra.

Outro ponto que vale mencionar é a radicalidade da reflexão expressa no documento e que nos toca nos dias de hoje, quando nos esforçamos para retomar um novo fôlego democrático.

"Há décadas o movimento negro brasileiro vem chamando a atenção para algo óbvio: é preciso examinar as condições materiais de vida das pessoas e o efetivo exercício de direitos entre os grupos raciais para que se possa atestar se há ou não correspondência entre o plano retórico e o cotidiano. Entre igualdade formal e substancial. Nesta perspectiva, a temática das desigualdades raciais não configura um problema dos e para os negros, mas se refere à essência da invenção democrática. [...] Ademais, a base material e econômica do racismo define o conteúdo da exclusão social no Brasil, haja visto que não por mera casualidade a população negra encontra-se nas piores condições de trabalho e de vida, constituindo as maiorias reveladas pelos indicadores da fome, da miséria, do desemprego, das vítimas da violência, da população de rua, da população carcerária, enfim, dos segmentos considerados descartáveis."

Quando observamos os números relacionados à violência, somos obrigados a refletir sobre o mais recente processo de democratização do país, que nos legou muitas conquistas —as referidas acima e outras, como o SUS, o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma Constituição democrática, políticas de transferência de renda etc.

No entanto, a realidade racial frustrou quem esperava que, com a democracia, viesse menos repressão e que, com a redução das desigualdades, haveria menos violência. Pelo menos para

negros pobres e periféricos, o processo de democratização, unido a uma gramática moral e legal da política de drogas, legou mais desordem e mais conflito.

Em toda retomada democrática, os atores políticos convidam o passado para ajudar a construir consensos sobre os conflitos mal-elaborados que produziram fraturas sociais. O antirracismo já logrou êxito em desmitificar a existência da convivência racial harmoniosa. Contudo, a combinação de pobreza, racismo e autoritarismo não pode ser considerada democrática, uma vez que ainda provoca lacerações nos corpos e nas almas da gente negra.

Quando as organizações negras passaram a repensar a escravidão e a exclusão do pós-abolição, foi em busca de um futuro espelhado em uma experiência de autogoverno nessas terras depois do encontro colonial.

Paulo César Ramos é Doutor em sociologia pela USP e coordenador de pesquisa do Núcleo Afro do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Autor de "Gramática Negra contra a Violência de Estado"